

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE.

Juliana Guedes¹; Jaqueline Karajá²; Silvana de Jesus³;

Roseane Rabelo Souza Farias⁵

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia (2024), *Campus* Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará (UFPA), email: juliana.guedes.duarte@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Pedagogia (2024), *Campus* Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará (UFPA), email: jaquelinekaraja@gmail.com

³ Acadêmica do Curso de Pedagogia (2024), *Campus* Universitário de Altamira, da Universidade Federal do Pará (UFPA), email: patriciodejesussilvana@gmail.com

⁵ Professora Orientadora das atividades curriculares da disciplina de Psicologia da Educação. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Efetiva da Faculdade de Educação na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira, e-mail: roseanerabelo@ufpa.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os fundamentos teórico- metodológicos da Educação Inclusiva considerando os diferentes grupos em situações de vulnerabilidades e discutir as diferentes formas de educação especial, com ênfase aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores da área da Educação Inclusiva e em legislações vigentes, buscando refletir sobre práticas pedagógicas que respeitem a diversidade, valorizem as diferentes formas de aprendizado e vivências, a singularidade dos sujeitos e o direito à educação de qualidade, sempre visando a melhor forma de inclusão dentro do ambiente escolar promovendo autonomia para os alunos e sua permanência no mundo do saber.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Deficiências. Transtorno do Espectro Autista.



Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar os fundamentos teóricos metodológicos da educação inclusiva destacando a importância da compreensão das diferentes deficiências no contexto educacional, com ênfase na educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa discussão partiu da disciplina Fundamentos Teóricos Metodológicos da Educação que trouxe para reflexão e debate os diferentes modos de ensinar e aprender, considerando os estudantes que fazem parte do público da Educação Especial.

Os fundamentos teóricos e metodológicos da educação inclusiva são de extrema importância para a formação do docente, pois permite compreender, desenvolver e aplicar metodologias que favorecem o desenvolvimento da criança, respeitando suas fases, individualidades, cultura e contextos sociais. O aprofundamento em artigos científicos e livros, por meio de uma pesquisa bibliográfica, nos forneceram informações valiosas sobre a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas.

Esses fundamentos servem de embasamento para uma compreensão mais rica, contribuindo para uma maior facilidade de manejo da aplicação de conteúdo dentro da sala de aula e o manejo do ensino aplicado nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A COMPREENSÃO HISTÓRICA DA DEFICIÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Antes do surgimento do cristianismo, as pessoas com deficiência não eram reconhecidas como filhos de Deus, e práticas como o abandono e o extermínio eram socialmente aceitas, muitas vezes associadas a crenças religiosas da época. Ademais, no século XVI a deficiência deixou de ser algo relacionado à religião e se tornou patológica, e somente no século XVII surgiram propostas negadas que envolviam os cuidados médicos por meio de institucionalização (Aranha, 2001).

De acordo com Trentin (2018), a influência da medicina sobre a deficiência, especialmente a intelectual, manteve um conceito único e hereditário até o início do século XX. Porém, a partir das ideias de médicos e filósofos de períodos anteriores, surgiram as primeiras escolas para crianças, como a de Abenberg, criada em 1840 pelo médico suíço Guggebuhl, que transmitiu a possibilidade de educação para essas crianças, especificamente as que apresentavam deficiência mental, termo utilizado naquela época.

Na concepção de Farias e Lopes (2015) reconhecer a deficiência não é limitar, mas garantir que cada indivíduo tenha condições de exercer sua cidadania com dignidade, respeito e igualdade, sendo, portanto, fundamental na formação de professores o conhecimento das diferentes deficiências.

Saber conceituar é uma ferramenta poderosa para pensar estratégias pedagógicas visando a inclusão do aluno e sua escolarização. Na educação, o papel da escola é implementar, por meio de recursos e metodologias eficientes, práticas que favoreçam o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual, garantindo acesso ao conhecimento e participação em todas as atividades em companhia do AEE. Nesse processo, o professor atua como mediador, adaptando estratégias, promovendo a inclusão e reconhecendo as potencialidades dos alunos, de forma que todos possam aprender de acordo com suas necessidades e ritmos.

O público da educação especial, segundo a nova política de educação especial, é formado pelas pessoas com deficiência e altas habilidades/superdotação. Neste artigo trataremos das deficiências, especialmente o Transtorno do Espectro Autista.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Entre as deficiências que mais desafiam a formação docente devido à sua complexidade, destaca-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA), uma condição do neurodesenvolvimento que afeta principalmente a comunicação, a interação social e a presença de comportamentos repetitivos ou padrões restritos de interesse. As crianças autistas apresentam singularidades que exigem compreensão e acolhimento tanto por parte da família quanto das instituições educacionais. Alterações na linguagem, dificuldades no desenvolvimento da fala, ecolalias, hipersensibilidades sensoriais e desafios na adaptação a mudanças são manifestações frequentes que influenciam diretamente o modo como a criança percebe e interage com o mundo.

De acordo com Teixeira (2018) o diagnóstico do autismo deve ser constituído por meio de avaliações clínicas e observações comportamentais, uma vez que exames de imagem (como tomografia, ressonância magnética ou outros procedimentos neurológicos) não são suficientes para confirmar o diagnóstico. Mais do que exames, o olhar atento do profissional, aliado às informações da família e ao acompanhamento sistemático, é fundamental para compreender as necessidades de cada criança.

Contudo, essa visão nem sempre esteve presente, a primeira descrição do autismo surgiu em 1908 quando ainda era considerada esquizofrenia e somente depois de aprofundar mais pesquisas sobre o transtorno neurodesenvolvimental, foi que o pesquisador Kanner chegou a uma definição mais exata sobre o TEA.

Um estudo recente de Ramalhais (2024), demonstra que o autismo enfrenta diversas barreiras para que sua complexidade fosse de fato compreendida, através de estudos científicos a conscientização sobre ele pode ter o seu espaço fazendo com que as pessoas com TEA possam hoje ter seus direitos reconhecidos e respeitados, promovendo a inclusão social e o acesso a políticas públicas adequadas, bem como o desenvolvimento de práticas educacionais e de saúde mais sensíveis às necessidades individuais dessas pessoas.

O autismo, ainda quando tinha sua origem e definição desconhecidas, era alvo de diversas suposições e buscavam entender a causa ou causas para ele. Conforme Ramalhais (2024), o autismo era compreendido como uma síndrome de diversos subtipos, portanto, por ser manifestado muitas características de síndromes como a Síndrome de Asperger e categorias diagnósticas como Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação (PDD- NOS) as pesquisas ainda mereciam uma atenção redobrada quanto a esses detalhes que fazem uma grande diferença nos dias de hoje. Logo mais, em 2013 houve uma mudança crucial na compreensão do Transtorno do Espectro autista, pois nesse mesmo ano foi lançada a quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). É de extrema importância que a sociedade tenha conhecimento e esteja preparada para acolher a singularidade da pessoa com autismo que possui sua forma de ver o mundo e de ser incluído socialmente (Ramalhais, 2024, p.10):

“Essa evolução no entendimento e diagnóstico do TEA reflete não apenas os avanços na pesquisa científica, mas também o reconhecimento da importância de abordagens inclusivas e centradas na pessoa, que visam atender às necessidades específicas das pessoas com TEA em diferentes contextos, incluindo educação, saúde e comunidade em geral.”

A identificação do TEA se dá principalmente pelas características específicas que são apresentadas e predominam no comportamento das pessoas portadoras desse transtorno neurodesenvolvimental. Segundo Benute (2020), características como isolamento social, dificuldade no uso da linguagem para se comunicar com outras pessoas e necessidade intensa de manter uma rotina mais rígida foram as primeiras a serem detectadas em crianças no início do processo de especulações sobre o autismo.

Esses fatos reforçam a necessidade do diagnóstico antecipado e fundamentam a elaboração de políticas públicas e legislações específicas, voltadas à garantia de direitos, ao acesso a serviços adequados e à promoção da inclusão social das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Benute (2020) acredita que a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo teve um marco importante em 1990 a partir de discussões feitas para tratar dessa pauta. na educação, os direitos e inclusão dessas pessoas originou-se a partir da Constituição Federal passando a ser um direito de todos.

No Brasil, os direitos das pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA) estão ligados às políticas de inclusão e ao reconhecimento da educação com o direito de todos. A Constituição Federal de 1988 afirma que a educação é dever do Estado da família e deve ser garantida com igualdade de acesso e permanência na escola. Esse direito também é reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

que defende o respeito às necessidades individuais de cada aluno no processo de aprendizagem, conforme discutido por Benute (2012).

Na área educacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº9.394/1996) determina que as escolas adaptem currículos, métodos e recursos para atender alunos com deficiência e transtornos de desenvolvimento, incluindo o autismo. Como citado anteriormente, a garantia do direito das pessoas com TEA está amparado por diferentes marcos legais no Brasil, logo, em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reconheceu as pessoas com TEA como o público da educação especial, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), formação de professores e acessibilidade.

Um avanço importante foi a Lei de nº 12.764/2012, que criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno de Espectro Autista. Essa lei reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência e garante direitos nas áreas de educação, saúde, trabalho e assistência social, além de prever a presença de acompanhante especializado na escola quando necessário.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça esses direitos ao afirmar que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis. Essa lei destaca a importância da acessibilidade, da igualdade de oportunidades e do respeito às características da pessoa com TEA, construindo para uma educação mais justa e inclusiva. (Benute, 2012).

O autismo enfrentou muitas dificuldades até ter seu reconhecimento de fato concretizado, ao se tratar de educação, Benute (2020) afirma que todo o apoio e recurso deve ser oferecido para os alunos com deficiência da mesma forma que é para os demais, a presença de mediadores, intérpretes de LIBRAS, letores e professores auxiliares é indispensável para o desenvolvimento de alunos com TEA e outras deficiências.

Somente após a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência organizada pela ONU em 2006, houve um impacto na formulação de projetos e lei no Brasil para ocorrer uma mudança na Educação. De acordo com Trentin (2018, p.62) “o Brasil, em 2009, promulgou a referida Convenção pelo Decreto no 6.949/2009, considerando que os atos internacionais em apreço entrariam em vigor no país, no plano jurídico, em agosto de 2008.”

Ainda em 2008 foi projetado o texto A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que serviriam como base para a Acessibilidade da Educação Especial, com orientações que atravessam desde o ensino infantil até o superior, organização e colaboração entre escolas e famílias e formação especializada para professores e profissionais na educação.

Na educação inclusiva um dos maiores desafios dentro das políticas educacionais é o atendimento direcionado aos alunos com TEA. Considerando a diversidade de formas de desenvolvimento humano, torna-se necessário compreender o processo educativo para além de concepções restritivas, reconhecendo que as diferenças não constituem impedimentos à aprendizagem, mas demandam práticas pedagógicas contextualizadas e sensíveis às singularidades dos sujeitos. O desenvolvimento humano é uma mistura de fatores biológicos, sociais e cultural, sendo assim a educação e interações dentro do ambiente escolar é atravessado por todos estes fatores e a escola se tornando um espaço para a construção de aprendizado intelectual e social.

No contexto escolar, é imprescindível a adoção de práticas pedagógicas que considerem as necessidades educacionais específicas dos estudantes com TEA. A flexibilização curricular, a diversificação de estratégias metodológicas e a adaptação dos processos avaliativos configuram-se como elementos essenciais para a efetivação da inclusão. Tais medidas devem contribuir para a participação ativa do estudante no processo de ensino e aprendizagem, evitando práticas que tendem a desconsiderar a pluralidade presente no espaço escolar. Além disso, é fundamental superar concepções estigmatizantes que historicamente vem marcando a educação de estudantes com diferenças no desenvolvimento. No caso do autismo, tais concepções podem resultar na subestimação das capacidades do aluno, restringindo

suas oportunidades de aprendizagem.

Dessa forma, refletir sobre o autismo no âmbito educacional implica compreender a inclusão como um processo contínuo, que exige transformações pedagógicas, institucionais e atitudinais. A escola, enquanto espaço de formação humana, deve assumir o compromisso de garantir condições efetivas de aprendizagem, promovendo o respeito à diversidade e assegurando a participação plena de todos os estudantes no processo educativo.

Diante disso o Atendimento Educacional Especializado- AEE constitui-se como um serviço fundamental no processo de inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial, entre eles os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Seu objetivo principal é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a inserção e participação dos alunos no ensino regular, garantindo igualdade de oportunidades no processo de ensino e aprendizagem, o professor se torna responsável por identificar essas barreiras que impedem o estudante de aprender e sendo assim criar estratégias para que assim possa superá-las.

A educação inclusiva parte da ideia de que todos os estudantes têm direito ao acesso, permanência e aprendizagem na escola comum, respeitando suas singularidades. Nesse sentido, a autora destaca que “a ideia principal é que as dificuldades e limitações trazidas pelas diferentes condições apresentadas em sala de aula sejam minimizadas pelo uso de recursos, serviços e estratégias diferenciadas que possam atender às necessidades de aprendizagem de cada aluno” Benute (2020, p.8). Essa afirmação dialoga diretamente com a função do AEE, que atua de forma complementar e suplementar ao ensino regular.

No entanto, é de extrema importância ressaltar que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) não substitui o ensino regular, mas o complementa e o suplementa. O AEE configura-se como um serviço organizado com a finalidade de oferecer apoio pedagógico específico, de acordo com as necessidades educacionais de cada estudante, contribuindo para a eliminação de barreiras no processo de ensino e aprendizagem configura-se como um pilar da educação inclusiva, promovendo práticas pedagógicas acessíveis, equitativas e centradas no estudante.

Além disso, o trabalho colaborativo entre a escola, a família e os profissionais especializados é essencial para o sucesso do processo inclusivo, uma vez que essa articulação favorece o desenvolvimento integral do aluno, assegurando sua participação, permanência e aprendizagem no contexto escolar. Nesse sentido, a atuação conjunta dos professores do ensino regular, do professor do Atendimento Educacional Especializado e dos demais profissionais da área da educação permite o acompanhamento sistemático

do estudante, bem como a avaliação constante das práticas adotadas.

Essa cooperação favorece a adaptação do currículo, a organização do ambiente escolar e a utilização de recursos pedagógicos e de acessibilidade adequados, contribuindo para a promoção da autonomia, da socialização e da aprendizagem significativa do aluno. Dessa forma, o trabalho colaborativo consolida-se como um elemento indispensável para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade, baseada no respeito às diferenças e na valorização das potencialidades de cada estudante.

OUTRAS DEFICIÊNCIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO ESCOLAR

Iniciaremos com a deficiência auditiva/surdez. A capacidade ouvir é considerada importante para o ser humano, sendo um dos cinco principais sentidos do corpo humano. Ele pode ser responsável por ajudar a diferenciar sons de objetos e vozes de pessoas, ter capacidade de perceber situações ou perigos sem precisar ter a visão do ocorrido e principalmente pela comunicação. Por isso, quando uma família recebe a notícia que um parente pode nascer com pouca ou sem nenhuma capacidade auditiva, pode ser avassalador e pouco difícil de aceitar esta condição.

Capelli (2016) cita que “...muitas vezes é visto, em um primeiro momento, de forma negativa, de sensação de impotência, de dor, entre inúmeras sensações que podem vir à tona.”, mas por mais que estas famílias passem por momentos de tristezas, algumas conseguem superar e ver esta condição não como algo que irá definir negativamente a vida daquele ente querido.

No passado algumas famílias que suspeitavam da deficiência nos filhos, possuíam dificuldades para conseguir um diagnóstico ocasionando a falta dele ou recebendo um diagnóstico tardio, de acordo com Redondo (2000, p.8) atualmente além dos exames é preciso também os cuidados necessários para não ocorrer acidentes envolvendo o trato auditivo que possam diminuir ou anular a capacidade auditiva. Traumas, infecções e doenças são as principais causas da perda auditiva neurosensorial ou mista. Também é de extrema importância os pais sempre se atentarem aos sinais de uma criança de que ela possa possuir alguma deficiência auditiva como a falta de resposta a estímulos auditivos, e levar em um profissional adequado para o diagnóstico.

Conforme crescem, a linguagem se torna importante para comunicação e socialização do ser humano e conforme o seu crescimento avança é preciso estimular a comunicação nas crianças com surdez e deficiência auditiva. Existe as próteses auditivas para aqueles com deficiência auditiva que

possui resíduos de audição, sendo um meio de estímulo e reabilitação.

Além dos aparelhos temos a Libras que é a Linguagem Brasileira de Sinais, que pode ser usada por quem possui baixa capacidade auditiva, mas principalmente utilizada pela comunidade com surdez. Durante seu processo de desenvolvimento a criança além de precisar do acompanhamento com médicos e especialistas também precisa de apoio emocional, psicológico e educacional.

De acordo com Damázio (2007) “as pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas.” Exemplos como falta de docentes especializados, pouco suporte no material didático e até mesmo a segregação dentro das escolas. Isso tira oportunidades e motivação dos alunos que fazem parte destas comunidades, e a educação inclusiva deve ser desde os primeiros anos de vida no ensino infantil até o ensino superior. Um outro exemplo que ocorre dentro das escolas é a falta de um ensino bilíngue para os alunos, sendo português e Libras o que é de grande ajuda a universalização dos alunos com deficiência auditiva.

Além das deficiências sensoriais, a deficiência física também exige atenção no contexto educacional. Caracterizada por alterações no sistema neuromusculoesquelético que podem propor a alteração da mobilidade, o equilíbrio e a coordenação motora ou a força muscular. Essas limitações podem estar presentes desde o nascimento ou ser adquiridas ao longo da vida, como ocorre em casos de acidentes, paralisias, AVC e outras condições que afetam a parte motora do corpo.

É fundamental destacar que a deficiência física não interfere na capacidade intelectual da pessoa; ela apenas exige adaptações e recursos que garantam sua participação plena nos diferentes contextos sociais e educacionais. No contexto pedagógico essas limitações não afetam a capacidade intelectual do estudante, porém interfere na dificuldade de frequentar os ambientes escolares, desde recursos de materiais e atividades escolares, por isso é de extrema importância que a escola garanta acessibilidade física, adaptações para os estudantes e metodologias flexibilizadas para eles.

Outra condição presente no contexto educacional é a deficiência visual que se manifesta como uma condição em que a pessoa apresenta perda parcial ou total da visão ela pode afetar a forma como a pessoa enxerga o mundo, percebendo menos detalhes, menos nitidez, alterações no campo visual ou até ausência total de visão, a deficiência visual pode se manifestar de duas formas principais a cegueira que se caracteriza pela perda total ou quase total da visão, e a baixa visão que se dá a redução significativa da capacidade de enxergar mesmo com apoio de lentes ou tratamentos.

No entanto, uma das maiores dificuldades enfrentados por esses estudantes é sem dúvidas o acesso à matéria didática que na maioria das vezes são apresentados de forma visual, a ausência de descrições imagens sem adaptação a falta da versão em Braille dificulta a compreensão de conteúdos no ambiente escolar.

No ponto de vista pedagógica é crucial a importância dos professores criar metodologias que sejam flexíveis e atendam essa demanda de estudantes com deficiência visual, sendo assim valorizando o potencial de cada aluno, eliminando barreiras e incluindo sua participação plenamente ativa juntamente às estratégias como uso de materiais táteis, descrições orais de imagens e vídeos e tecnologias assistivas tornam o processo de ensino e aprendizagem mais viável de acordo com a necessidade de cada estudante.

No que se refere à deficiência intelectual, esta é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual — como raciocínio, aprendizagem e resolução de problemas — e no comportamento adaptativo, que envolve habilidades conceituais, sociais, práticas e de vida diária, manifestando-se antes dos 18 anos (Trentin, 2018, p. 26). Nesse sentido, conforme definido por Trentin (2018, p. 25), a deficiência intelectual consiste em uma incapacidade marcada por prejuízos tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, abrangendo diferentes dimensões do desenvolvimento humano.

Não muito diferente das outras deficiências que eram vistas de forma estigmatizada em um momento histórico em que a escravidão era algo presente na sociedade, o trabalho era voltado à agricultura, artesanato e pecuária, dividida em grupos sociais os principais eram: a nobreza e os serviçais e escravizados que atendiam as ordens dos seus senhores

Quando há o aparecimento de uma deficiência intelectual com uma deficiência sensorial chamamos de Deficiência Múltipla, ou seja, é aquela que se refere à presença de duas ou mais deficiências ao mesmo tempo, uma combinação de problemas físicos, sensoriais, intelectuais ou até transtornos no desenvolvimento. Quando essas limitações se juntam, coisas simples como aprender, se comunicar ou participar do dia a dia ficam mais complicadas. Cada pessoa é única, e suas necessidades variam dependendo do tipo e da intensidade das deficiências. (BRASIL, MEC/SEESP, 2008).

Esses estudantes muitas vezes precisam de mais tempo, atenção e métodos de ensino adaptados. Eles podem ter dificuldade para entender as coisas, perceber estímulos ao redor, organizar ideias ou se envolver em atividades em grupo. Mas, com apoio constante e adequado, eles conseguem ganhar independência, interagir com mais segurança e evoluir no seu próprio ritmo. O progresso acontece, só

que de forma diferente para cada um.

Além dos desafios comuns, muitas crianças e jovens com essa condição enfrentam limitações motoras, problemas sensoriais como visão reduzida ou surdez, dificuldades de coordenação, dependência maior para tarefas básicas e barreiras na fala. Por isso, é crucial que a escola veja o estudante como um sujeito completo, e não como um conjunto de limitações. O olhar acolhedor e atento faz toda a diferença.

Nesse contexto o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é fundamental. Ele oferece recursos, estratégias e adaptações que não cabem na sala de aula comum. Segundo o Ministério da Educação, o AEE ajuda a identificar e fornecer materiais pedagógicos e de acessibilidade para remover obstáculos e incluir todos os alunos conforme suas necessidades (BRASIL, MEC/SEESP, 2008).

Quando se trata de Deficiência Múltipla, o trabalho do Atendimento Educacional Especializado (AEE) precisa ser ainda mais cuidadoso e bem integrado. O estudante lida com várias necessidades ao mesmo tempo, então as intervenções têm que levar tudo isso em conta de forma equilibrada. Isso pode incluir o uso de tecnologias assistivas para facilitar o dia a dia, recursos de comunicação alternativa para quem tem dificuldade de falar, materiais adaptados que favoreçam o aprendizado, apoios motores e estratégias que auxiliem na atenção e na interação social. O professor do AEE não trabalha sozinho, ele precisa atuar junto com o professor da sala regular, com a família e, quando necessário, com profissionais da saúde. Essa parceria ajuda a tornar o atendimento mais organizado e eficiente.

O AEE não substitui a sala comum; ele complementa o trabalho do professor, oferecendo um acompanhamento mais individualizado e respeitando o ritmo de cada aluno. Com esse trabalho conjunto, o estudante consegue desenvolver mais autonomia, participar melhor das atividades e ter uma aprendizagem realmente significativa e inclusiva.

Conclusões

Com base no que foi apresentado, conclui-se que a Educação Inclusiva é essencial para garantir o direito à educação de alta qualidade para os estudantes que são público-alvo da Educação Especial, em particular aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entender as diversas deficiências e respeitar as particularidades dos estudantes são fundamentais para criar práticas de ensino que promovam a aprendizagem e a inclusão no ambiente escolar, visto que, os alunos que estão incluídos no espectro autista possuem a primordialidade de professores que mediam o conhecimento de forma

que seu aprendizado seja de qualidade, atividades que abrangem o estímulo da comunicação, os aspectos cognitivos ou até mesmo a interação social com os colegas de forma que não seja invasiva para

o aluno, são de extrema importância para a construção desse caminho repleto de possibilidades e conhecimento a ser construído.

Portanto, para que a educação inclusiva seja efetivada, é necessário não só cumprir as leis, mas também mudar as concepções, atitudes e práticas pedagógicas de modo que a autonomia dos alunos seja adquirida aos poucos respeitando seu espaço.

É imprescindível que a escola reconheça sua função como um ambiente de acolhimento, respeito e valorização das diversidades, criando condições efetivas para que todos os alunos possam aprender e participar. Assim, a inclusão deixa de ser apenas uma ideia e se torna um compromisso ético, social e pedagógico, ajudando na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento educacional especializado: deficiência múltipla**. Brasília: MEC/SEESP, s.d.
- BENUTE, Gláucia Rosana Guerra (Org.). **Transtorno do espectro autista**. São Paulo: Manole, 2012.
- RAMALHAIS, Taíza Fernanda (org.). **Compreendendo o autismo**. Formiga, MG: Editora Union, 2024.
- BENUTE, Gláucia Rosana Guerra (org.). **Transtorno do espectro autista (TEA): desafios da inclusão**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2020.
- GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **Reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. São Paulo: nVersos, 2018.

